



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CAMPUS UNIVERSITÁRIO - TRINDADE - CAIXA POSTAL 476
CEP. 88.010-970 - FLORIANÓPOLIS - SANTA CATARINA
TEL. (0482) - 34.1000 - TELEK: 0482 240

Florianópolis, 19 de janeiro de 1995

Ao Ilmo. Sr. Dr. Robert Dilger
DD Coordenador do Convênio GTZ/IAP, Curitiba, Pr.

FAX 041- 254 82 57

De acordo com os entendimentos mantidos com V.Sa., anexo estamos encaminhando a proposta do estudo "A Implantação de Usinas Hidrelétricas e os Indígenas no Sul do Brasil.

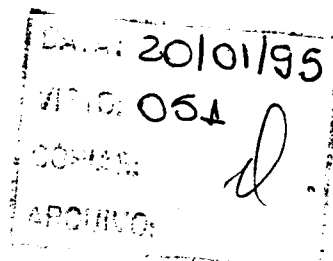
Os recursos necessários para a concretização da proposta somam a R\$ 24.570,00 (vinte e quatro mil e quinhentos e setenta reais).

Na certeza do apoio dessa GTZ, renovamos a V. Sa. nossos agradecimentos pelas atenções recebidas.

Atenciosamente,


Prof. Silvio Coelho dos Santos


Prof. Cecilia Maria V. Helm



A Implantação de Usinas Hidrelétricas e os Indígenas no Sul do Brasil.

Proposta de estudo apresentada à GTZ e ao IAP
pelos antropólogos Profs. Silvio Coelho dos Santos,
Cecília Maria Vieira Helm e Aneliese Nacke.

I. Apresentação.

A implantação de projetos hidrelétricos no Brasil provocou prejuízos para diferentes grupos indígenas, ainda não suficientemente avaliados. No sul do Brasil, a construção da binacional Itaipú, no rio Paraná, atingiu os indígenas Avá-Guaraní, localizados originalmente no rio Ocoi, pequeno tributário do Paraná. Até o momento, apesar de inúmeros pareceres, notadamente de caráter antropológico, os indígenas ainda não tiveram resolvidos os problemas criados pelo seu reassentamento em uma pequena e inadequada faixa de terras, à beira do lago formado pela barragem. Os Guarani aldeados na área indígena (AI) de Mangueirinha (Pr) foram atingidos na década de 70 pela implantação da hidrelétrica de Salto Santiago, de responsabilidade da ELETROSUL. A remoção de parte dos indígenas e sua realocização às margens da rodovia BR 373, que cortou a reserva, têm provocado vítimas fatais em acidentes de trânsito. Muitos Guarani migraram para outras reservas ou para locais mais adequados dentro da área indígena, abandonando parte das casas originalmente construídas pela ELETROSUL e colocadas à disposição dos índios como uma pretensa forma de compensação.

Mais recentemente, novas orientações do setor elétrico, coordenadas pela ELETROBRÁS, estão estimulando a exploração de pequenos e médios aproveitamentos hidrelétricos, com a participação do setor privado e do envolvimento das empresas estaduais de eletricidade. Em termos de efeitos sociais conseqüentes da implantação desses empreendimentos, novas e instigantes questões se tornam inevitáveis, entre elas: como rejeitar a implantação de uma usina hidrelétrica (UH) em conseqüência de seus efeitos sócioambientais perversos, quando se sabe que a geração de energia simboliza para a maioria da população a materização de novas e melhores condições de vida?; ou, como as empresas estatais do setor elétrico passarão a administrar, frente aos interesses corporativos presentes e as pretensões dos estados serem autosuficientes na produção de energia, a sua associação com o capital privado?; ou, ainda, como intenções federais de modificar a matriz energética nacional, pela incorporação crescente do gás natural, alterarão as justificativas para a construção de novas UHs? Certamente, essas questões não terão respostas objetivas imediatas. Porém, há que sobre elas refletir.

Especificamente, a COPEL e a CELESC, no Paraná e Santa Catarina, respectivamente, têm interesse na implementação imediata das UHs de Cebolão, que atinge a AI Barão de Antonina, gleba dois(Pr); São Jerônimo, que atinge a AI Apucarana (Pr); e Chapecozinho, que atinge a AI Xapécó (SC). A ELETROSUL, outrossim, foi responsável pela implantação da UH Salto Santiago, no rio Iguaçu (Pr), que atingiu os indígenas da AI Mangueirinha, já referidos. Também a ELETROSUL prossegue com a implantação de seu megaprojeto de UHs na bacia do Uruguai (Projeto Uruguai), o qual inclui a barragem de Machadinho, integrante do Plano 2010 da ELETROBRÁS, e envolvendo a AI Ligeiro (RS). Mais recentemente, alterações no projeto inicial dessa barragem, eliminaram a possibilidade de o rio Apuaê ser inundado. Em conseqüência, a AI Ligeiro deixou de ser ameaçada.

Atualmente, na região sul, sobrevivem cerca de 9.000 indígenas, a maioria abrigados em áreas administradas pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Tais remanescentes integram os grupos Kaingang, Xokleng e Guaraní e vivem diferentes problemas relacionados à sua sobrevivência e à sua persistência enquanto grupos étnicos diferenciados. Pressões da sociedade dominante tendem a negá-los enquanto membros de comunidades de origem pré-colombiana. Simultaneamente, conflitos conseqüentes de alterações na estrutura econômica regional, em particular no que se refere ao acesso à terra, e demandas que envolvem a preservação dos recursos naturais nas áreas reservadas, acentuaram diferenças e preconceitos. Internamente, o faccionalismo indígena tem sido exacerbado, prejudicando a coesão e a manutenção do "ethos social". A implantação de projetos hidrelétricos, nessas condições, somente tende a agravar as já precárias condições de sobrevivência desses povos.

II. Objetivos e Metodologia.

Objetiva-se, com a presente proposta, alcançar maior compreensão sobre:

- 1. as áreas indígenas que foram atingidas, ou estão ameaçadas de virem a ser envolvidas, por projetos hidrelétricos, enfatizando as condições de vida, organização social e econômica, e demografia dos contingentes indígenas aí aldeados, com vistas a compreensão dos problemas causados, ou a serem provocados, pela implantação de UHs;
2. os direitos dos povos indígenas no escôpo da Constituição Federal de 1988 e do novo Estatuto do Índio e as implicações decorrentes para a implantação de projetos hidrelétricos, tendo como cenário as tendências de crescente privatização do setor elétrico;
3. os efeitos negativos conseqüentes da implantação das UHs binacional Itaipú e Salto Santiago para os povos indígenas localizados nas áreas de influência desses empreendimentos;
4. a posição de diferentes lideranças indígenas, da FUNAI, e de ONGs em referência aos projetos hidrelétricos de interesse da COPEL e da CELESC;
5. procedimentos que permitam garantir os interesses indígenas frente aos projetos hidrelétricos, objetivando fundamentar a adequada tomada de decisões por parte dos diferentes segmentos envolvidos (setor elétrico, lideranças indígenas, ONGs) e órgãos estaduais e federais responsáveis pela concessão das licenças prévia (LP), de instalação (LI) e de operação (LO), no contexto da objetiva decisão política de realocar tais projetos ou, em caso de sua implantação, de minimização dos seus efeitos perversos.

Para o alcance desses objetivos, utilizar-se-á o instrumental teórico-metodológico da Antropologia do Desenvolvimento, apropriado à reflexão crítica de "grandes projetos" e à análise de políticas públicas. Entrevistas e observações informais serão os instrumentos básicos durante os trabalhos de campo. A documentação representada pelos dados bibliográficos e etnográficos, materiais fotográficos, vídeos, mapas, etc., depois de analisados, serão depositados no Laboratório de Pesquisa em Antropologia (PPGAS/UFSC), e servirão de suporte estratégico para o desenvolvimento do documento final.

Além das positivas conseqüências da realização desta proposta, ressaltamos ainda que a formação de recursos humanos para o exercício da pesquisa etnológica, em particular para a análise de projetos de desenvolvimento, estará presente através da participação de um expressivo grupo de estudantes bolsistas.

III. Dados sobre as AIs em estudo.

III.1. AI Chapecó.

A AI Chapecó se encontra localizada no oeste do Estado de Santa Catarina. Apresenta uma extensão de 15.623ha. e uma população Kaingang e Guarani que totaliza 5.069 indivíduos.

Similar ao ocorrido em outras reservas, a área em questão tem sofrido, ao longo de sua história, a exploração agressiva de seus recursos. Para tanto, o SPI na década de 60 instalou no local uma serraria. Data desse período também a concessão da exploração desse recurso, por parte do órgão tutor, para empresas da região. Durante a década de 70, a FUNAI modernizou a serraria ali instalada, ampliando dessa maneira a capacidade de exploração. O resultado desse processo foi, praticamente, a extinção tanto da araucária, quanto das madeiras de lei existentes na área.

As terras da área indígena, consideradas de excelente qualidade, também foram intensamente exploradas. Num primeiro momento o SPI implementou o arrendamento destas e, ou, permitiu sua invasão por regionais. Essa situação persistiu até 1978, quando, num movimento conduzido pelos indígenas, ocorreu a expulsão dos não índios da reserva. Contudo, a liberação das terras não implicou na sua retomada por parte do grupo. A FUNAI manteve a prática autoritária e espoliativa - através da implantação de "projetos de desenvolvimento", voltados para a exploração agrícola.

Outros projetos de interesse regional atingiram a AI Chapecó, tais como: implantação de linhas de transmissão (ELETROSUL, CELESC), a Hidroelétrica Xanxerê e a construção da estrada de rodagem estadual.

Mais recentemente, a decisão de retomar a construção da Hidroelétrica Xanxerê (localizada no rio Chapecozinho - divisa da área indígena) se apresenta como uma das questões mais sérias enfrentadas pela população indígena local. A construção dessa hidroelétrica iniciou em 1965, porém foi paralisada em 1967, com 80% das obras realizadas. Em função dos interesses envolvidos (empresariado local e CELESC), e o fato de estar parcialmente construída, sua conclusão está prevista tanto no Projeto Uruguai (final da década de 70), quanto no plano de Geração de Energia, de 1991, do Governo de Santa Catarina.

É importante ressaltar que os efeitos decorrentes da implantação dessa hidroelétrica ocorrida em 1965 foram, no que se refere à área indígena, totalmente ignorados. Sob a alegação de que as terras da reserva eram "terras de governo", nem sequer se cogitou o direito dos indígenas à indenização, pelos prejuízos causados (perda de terra, desmatamento, circulação de operários na área, conflitos entre índios e regionais - entre outros não registrados ou dimensionados).

A decisão pela retomada da construção dessa hidroelétrica ocorre num momento extramamente crítico para a população indígena da reserva. A desarticulação da FUNAI, a nível político e econômico, com a consequente omissão no que se refere à assistência mínima nas áreas de saúde, educação, produção agrícola, tem agravado sobramaneira o quadro de miséria e exploração existente nessa reserva.

Neste contexto, as lideranças indígenas locais tem buscado alternativas de sobrevivência que incluem a instalação de cerâmica na área, a exploração de jazidas de pedras semi-preciosas, o envolvimento de líderes na política regional, e a decisão favorável à conclusão da Hidroelétrica Xanxerê, o que provocou o acirramento do faccionalismo no interior dessa AI.

III.2. Mangueirinha:

A AI Mangueirinha está situada a sudoeste do estado do Paraná, região que constitui o terceiro planalto, chamado de Guarapuava, na margem esquerda do rio Iguaçu, nos municípios de Mangueirinha, Chopinzinho e Coronel Vivida. Aí estão aldeados índios Guarani e Kaingang. Os Guarani somam 240 indivíduos e os Kaingang são em número de 1.203. Esta população está

distribuída em 5 aldeias: Palmeirinha; Campina, onde se localiza a sede do posto indígena; Paiol Queimado; Água Santa; e Fazenda Kaingang. Uma estrada asfaltada corta a aldeia da sede. Trata-se da Rodovia Estadual Arnaldo Busato, BR 281, construída para interligar a cidade de Mangueirinha à BR 373. Como a maioria das habitações indígenas foi construída ao lado oposto às edificações da sede (a velha escola, a enfermaria, a casa do chefe e o escritório do posto indígena.), são comuns acidentes com vítimas fatais. Os Guarani concentram-se na aldeia Palmeirinha situada a 30 quilômetros da sede junto, à BR 373. A AI Mangueirinha é formada por 17.308,0775 ha e pertence à Colônia "K". Esta área é de ocupação imemorial dos índios Kaingang e Guarani. Em passado recente (1949) a posse imemorial dos índios foi esbulhada em consequência da divisão da área da reserva em três glebas. Uma parte significativa da área está sub júdice. O processo está na justiça aguardando julgamento.

Na década de 70 foi construída a hidrelétrica Salto Santiago, que atingiu os índios da AI Mangueirinha e, mais diretamente, os Guarani de Palmeirinha. Esta UH foi construída pela ELETROSUL no curso principal do Iguacú, entre os municípios de Laranjeiras do Sul e Chopinzinho e está situada a uma distância de 340 KM de Curitiba (PR). Esta UH tem o seu reservatório formado por uma barragem de 80 metros de altura. A extensão do rio Iguacú englobada pelo reservatório é de 100 quilômetros.

Construída para atender ao mercado dos três estados do sul e também à região sudeste do Brasil, a obra foi projetada dentro da lógica dos projetos de desenvolvimento (HELM, C. 1994:4). Os Guarani e os Kaingang não participaram das decisões tomadas pelos planejadores do projeto. A obra afetou as bases de sua sobrevivência.

Nos finais dos anos setenta, a ELETROSUL começou a implantar a UH Salto Santiago, no rio Iguacu, em área fronteira com a AI. Cerca de 307 ha foram em consequência inundados ou utilizados para estabelecer cota de segurança do lago formado pela barragem e, ou, para relocar parte da rodovia BR 373, que anteriormente já havia sido construída cortando a reserva. Um pequeno grupo de índios Guarani teve sua aldeia realocada. À época, a FUNAI não exerceu maior controle sobre as iniciativas da ELETROSUL. As negociações foram feitas diretamente pela ELETROSUL com a chefia do PI Mangueirinha e superintendência da FUNAI, em Curitiba.

Mais recentemente, a ELETROSUL adquiriu terras nas vizinhanças dessa AI para reassentar colonos atingidos pela implantação da UH Itá (SC/RS). Também a COPEL(PR) instalou atingidos pela barragem de Segredo, numa gleba de terras localizada próxima a AI Mangueirinha. Ainda o INCRA possui nas vizinhanças da reserva também uma área para reassentamento de "sem terras". Tudo isto, está provocando pressões sociais e econômicas sobre a AI, com consequências ainda imprevisíveis. A exploração dos recursos florestais, por exemplo, foi reincrementada nos anos 90, obrigando a intervenção do Ministério Público.

Em Mangueirinha surgiu nos anos setenta uma forte liderança indígena representada pelo cacique Kretã. A resistência indígena às pressões regionais sempre foi clara. Porém nos últimos anos observa-se um processo de cooptação de lideranças, especialmente através do seu envolvimento nos processos políticos dos seus municípios vizinhos. Um quadro de silêncio promovido pelas lideranças indígenas, tem obstaculizado iniciativas de diferentes ONGs, de antropólogos e mesmo do Ministério Público. As ações jurídicas destinadas a recuperação da gleba negociada pelo governo Lupion encontram-se paralisadas. O impacto provocado pela implantação da BR 373 jamais foi devidamente avaliado pela FUNAI. A situação geral dos indígenas, em termos de saúde, educação e sobrevivência, são precárias.

III.3. A.I. Ocoí

A A.I. Ocoí foi criada em 1982 para reassentar a população Avá-Guarani, deslocada de seu território tradicional pela hidrelétrica de Itaipú. Esse grupo ocupava uma área próxima à foz do rio Ocoí, na região oeste do Estado do Paraná, em situação precária e sem assistência do órgão tutor. Nos anos setenta, quando a Itaipú binacional iniciou os levantamentos populacionais na área de "embalse" a maior parte do grupo estava disperso. Os indígenas sofriam, há muito tempo, diferentes formas de violência, acentuadas a partir dos meados deste século, com o aceleramento da ocupação branca no oeste do estado. Assim, em 1975, no contexto de um projeto de colonização implementado pelo INCRA, que visava a desocupação da área, índios e brancos são submetidos a todo tipo de pressão. Em decorrência parte da população do grupo migra para o Paraguai.

Em 1982, após um longo processo de afirmação e luta por seus direitos, os Avá-Guarani, são reassentados numa área de 253 ha, situada no município de São Miguel do Iguazú (PR). Formalmente houve a participação dos indígenas no acordo firmado pela FUNAI e Itaipú e a participação da Comissão de Justiça e Paz (PR), do CIMI-SUL, e da ANAI-PR. Somente nos finais dos anos oitenta, a FUNAI instalou na área uma infra-estrutura mínima para o atendimento ao grupo.

Atualmente a população indígena na área totaliza 272 indivíduos, distribuídos em 60 famílias. Plantam pequenas roças de milho, aipim, batata-doce, feijão, cujo tamanho não ultrapassa 3/4 de hectare e complementam o orçamento doméstico com trabalho assalariado nas propriedades vizinhas. O artesanato é parte integrante da cultura Guarani, mas no Ocoí, os indígenas tem dificuldade para exercerem essa atividade devido às limitações da área e a escassez de cobertura vegetal. Essas atividades, contudo, não têm sido suficientes para garantir condições adequadas de sobrevivência ao grupo. Em decorrência, a justiça determinou à FUNAI, o fornecimento de cesta básica às famílias, em 1992. Determinação não cumprida pelo órgão tutor no ano de 1994 sob a alegação de falta de recursos financeiros. A Prefeitura do município onde se localiza a reserva, por sua vez, tem fornecido três vezes por semana leite de soja às famílias. A água disponível na área é de péssima qualidade. Há dados relativos a sua contaminação por cloriformes fecais e por agrotóxicos o que tem comprometido seriamente a saúde do grupo, principalmente das crianças. O atendimento à saúde é precário pela falta de instalações físicas, medicamento e pessoal habilitado.

Imediatamente após a sua realocização os indígenas manifestaram seu descontentamento com a área recebida da Itaipú. Explicitaram desde problemas de escassez da terra e a sua inadequação geográfica (duas faixas estreitas espremidas entre o lago e as propriedades dos agricultores não indígenas), entre questões relativas a incidência de malária e falta de cobertura florestal. Também ao presidente do Banco Mundial, órgão de crédito internacional que havia financiado a maior parte do projeto de Itaipú, os indígenas enviaram correspondência, denunciando os problemas decorrentes da realocização e reivindicando soluções. A solicitação mais importante do grupo é uma área de terra combatível com suas motivações sócio-culturais e econômicas e sua realidade demográfica.

A experiência vivenciada pelos Avá-Guarani e as conseqüências para o grupo provocadas pela construção de Itaipú ainda não foram suficientemente dimensionadas e analisadas. As iniciativas até agora implementadas pela empresa foram paliativas e emergenciais não garantindo mesmo minimamente o atendimento dos interesses indígenas e seus direitos.

III.4. A.I. Apucarana

O Área Indígena Apucarana está situada no município de Londrina a uma distância de 18 quilômetros da sede da cidade de Tamarana. São 509 índios Kaingang que ocupam 2.623 alqueires (6.300 ha) de terras demarcadas. Esta A.I. está subordinada à administração regional da FUNAI com sede em Londrina (PR). A sobrevivência da comunidade indígena depende das roças de subsistência que são praticadas em terras agricultáveis e é complementada com o trabalho de bóia-fria, realizado fora da reserva para sítiantes da região (HELM, C. 1977).

Os índios também intensificaram, nos últimos anos a produção de artesanatos, para ser comercializada nas cidades vizinhas, notadamente em Londrina.

Nessa A.I. há a prática da educação bilingüe, que valoriza a identidade cultural e étnica desses índios. Os Kaingang são muito apegados ao território. Os rios têm significativa importância para eles. No A.I. Apucarana as terras são banhadas por rios de grande importância, extensão e volume de água, como o Tibagi, o Apucarana Grande e o Apucarantina. Há uma usina da COPEL instalada na Área Indígena. Estudos estão sendo realizados desde 1989 sobre o potencial hidrelétrico do rio Tibagi. Recentemente, tais estudos foram retomados pelos técnicos da COPEL, com ênfase na "Viabilidade Técnico-Econômica das Usinas Cabolão e Jataizinho", que irão atingir as áreas indígenas Apucarana e Barão de Antonina gleba 2. Os prejuízos causados aos indígenas, no sul do Brasil, devido a implantação de hidrelétricas, indicam que são necessários estudos antropológicos sobre as comunidades e territórios indígenas a serem atingidos, no caso da sua irreversibilidade, antes da sua implantação.

III.5. A.I. Barão de Antonina

A Área Indígena Barão de Antonina está situada no município de São Jerônimo da Serra, no terceiro Planalto e a uma distância de 314 quilômetros de Curitiba, PR. É constituída por duas glebas que perfazem uma área de 4.913,00 ha, com relevo plano. A primeira com 3.751,00 ha, está próxima à cidade de São Jerônimo que surgiu nas terras dos índios doadas pelo Barão de Antonina. No século passado foi criada a Colônia Militar de Jataí. Havia índios Kaingang na região. Eram denominados de "Coroados". Missionários foram deslocados para o local para fundar o aldeamento de São Jerônimo com a incumbência de "civilizar" os indígenas. Receberam o apoio do Barão de Antonina (HELM, C. 1974:118). O aldeamento foi instalado na divisa do rio Tibagi com o São Jerônimo. Os indígenas aprenderam a realizar lavouras e se tornaram agricultores. Hoje a região também se caracteriza pela criação de suínos, extração de madeira, cultivo de café e algodão. Atualmente há índios Kaingang e Guarani nessa A.I.

A gleba 2, denominada São Jerônimo da Serra, (antiga Pedrinhas), está situada a 18 quilômetros da cidade de São Jerônimo e tem 1.339,00 ha. Sua população é constituída de 359 índios. O relevo é pouco acidentado. Esta área esteve bastante intrusada e se constituiu em problema para os índios e para as administrações do SPI e da FUNAI. Os atritos entre índios e regionais têm sido intensos e freqüentes nesse local devido a invasão da terra indígena por agricultores vizinhos. Os índios também praticam a migração para o trabalho e arrendam terras a terceiros. É comum saírem de caminhão levados por um "gato" e passam a trabalhar em fazendas do Mato Grosso, em regime de semi-servidão. Praticam também o puxirão ou ajuda mútua, para prepararem suas roças. Cada gleba tem um cacique escolhido pelos indígenas com o apoio da administração da FUNAI. São Jerônimo está subordinada à Administração Regional da FUNAI, localizada em Londrina.

IV. Cronograma de Execução.

A proposta será executada entre 01 de março e 30 de junho de 1995. As tarefas serão cumpridas da seguinte forma:

- Março - Levantamento bibliográfico e documental. Seminário interno. Participação no workshop de encerramento do convênio GTZ/IAP (Curitiba);
- Abril - Pesquisa de campo e crítica de dados bibliográficos/campo;
- Maió - Pesquisa de campo e crítica de dados. Análise de dados. Seminário interno. Elaboração parcial do relatório final;
- Junho - Relatório final. Seminário interno. Workshop para apresentação e discussão do relatório final, junto à equipe do GTZ/IAP (Curitiba).

V. Proposta Financeira.

V.1. Equipe técnica: remuneração

Tres (3) pesquisadores, base de R\$ 1.200 por mês/cada, durante 4 meses,:	R\$ 14.400,
Um (1) técnico de apoio para Secretaria, base R\$ 150,00, para 4 meses:	600,
Quatro (4) estudantes bolsistas para levantamentos bibliográficos e apoio trabalhos de campo, base R\$ 100,00 cada, por 4 meses:	1.600,
Participação especial das doutorandas Neusa Bloemer e Maria José Reis em 2 workshops e 2 seminários internos, com a equipe de pesquisa, base R\$ 750,00 cada:	1.500,
Também ocorrerá a participação especial da Profa. Kimye Tomazino, antropóloga da Universidade Estadual de Londrina, como consultora para as AIs atingidas pelas UHs projetadas pela COPEL no rio Tibagi:	750,
Sub-total	18.850,

V.2. Pesquisa de campo:

Diárias. A base da diária (hospedagem e alimentação) é de R\$ 50,00. 5 áreas a serem pesquisadas X 4 dias X 3 = 60 diárias:	3.000,
Manutenção veículo, combustíveis, lubrificantes:	600,
Passagens terrestres	120,
Sub-total	3.720,

V.3. Infra-estrutura, materiais de consumo e comunicação:

Xerox e encadernação:	500,
Mapas, fotos, filmes, fitas, disquetes, etc:	1.000,
Correio, fax, telefone:	200,
Bibliografia e material de consumo:	300,
Sub-total	2.000,
TOTAL GERAL:	24.570,

Observações:

- a) As viagens e estadas para as participações nos workshops não estão orçadas;
- b) Pressupõe-se a cessão de um veículo, com motorista, pelo IAP/GTZ para a efetivação dos trabalhos de campo;
- c) Fica aberta a possibilidade para os técnicos do IAP/GTZ participarem dos trabalhos de campo.

VI. Equipe técnica:

Os responsáveis pela apresentação e execução deste projeto tem larga experiência de pesquisa entre indígenas da região sul.

Silvio Coelho dos Santos - Professor Titular Aposentado da UFSC, Antropólogo, Doutor, Pesquisador IA CNPq, consultor Banco Mundial, Membro do Comitê Meio Ambiente ELETROBRAS. Coordenador do Projeto de Pesquisa Conseqüências Sociais da Construção de Barragens - UFSC/CNPq.

Cecília Maria Vieira Helm - Professora Titular Aposentada da UFPr, Antropóloga, Livre Docente, Pesquisadora Visitante CNPq - PPGAS/UFSC, Integrante do Projeto de Pesquisa Conseqüências Sociais da Construção de Barragens - UFSC/CNPq., Membro do Conselho Deliberativo do Núcleo de Educação Indígena da Secretaria de Estado da Educação, Pr.

Aneliese Nacke - Professora da UFSC, Antropóloga, Mestre, Integrante do Projeto de Pesquisa Conseqüências Sociais da Construção de Barragens - UFSC/CNPq, Membro da Comissão de Educação Indígena, da Secretaria de Educação e Desportos, SC.

Esta equipe será apoiada por 4 (quatro) estudantes bolsistas IC e AP/CNPq, integrantes do Projeto de Pesquisa Conseqüências Sociais da Construção de Barragens - DCSO/UFSC. Contará também com o apoio de um técnico que realizará as atividades de Secretaria.

Objetivando a incorporação de estudos teóricos e metodológicos realizados no âmbito do projeto Conseqüências Sociais da Construção de Barragens, e que se destinam a produção de teses de doutorado, ocorrerá a participação especial das professoras Neusa Bloemer e Maria José Reis em dois workshops e dois seminários internos. Contará, ainda, com a participação da Profa. Kimye Tomazino, da UEP, que colaborará como consultora para as áreas indígenas atingidas pelas UHs projetadas para o rio Tibagi, Pr.

VII. Bibliografia

ASPELIM, Paul Leslie. "Para que colocar barragens em áreas indígenas?" In SANTOS, Silvio Coelho dos.(org.) *O Índio Perante o Direito*. Florianópolis, Editora da UFSC, 1986;

ASPELIM, Paul Leslie e SANTOS, Silvio Coelho dos. *A Implantação das Barragens na Bacia do Rio Uruguai e suas Implicações Sociais*. Relatório Final, apresentado à ELETROSUL, UFSC, 1978;

HELM, Cecília M. Vieira. *A Integração do Índio na Estrutura Agrária do Paraná: o caso Kaingang*. Curitiba, Tese Livre Docência UFPr; 1974;

HELM, Cecília M. Vieira. "A hidrelétrica Salto Santiago no Rio Iguaçu e a depreação do patrimônio ambiental e cultural dos índios Guarani e Kaingang do P.I. Mangueirinha, PR." .Belo Horizonte, XVIII Reunião Anual da ABA 1992;

HELM, Cecília M. Vieira. "Movimento Indígena no Sul do Brasil". In Revista Contextos, Argentina, Misiones, 1993;

HELM, Cecília M. Vieira. As Hidrelétricas e os Povos Indígenas no Estado do Paraná. 48th Reunião de Americanistas, Estocolmo, Suécia, 1994 (no prelo, Paris);

HELM, Cecília M. Vieira. Relações de Trabalho e Identidade Étnica entre os índios de Londrina, Paraná, 1977 Curitiba. Tese Concurso Professor Titular UFPr;

REIS, Maria José e HELM, Cecília M. Vieira (coordenadoras), et alii. Hidrelétricas e Reassentamento Compulsório de Populações: Aspectos Sócio-Culturais. Relatório encaminhado à GTZ-SURHEMA. Florianópolis, MS, 1993.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. "Metodologia para o Estudo de Projetos de Desenvolvimento e suas Implicações Políticas. O caso das Hidrelétricas". In Arantes, Antônio et alii (organizadores). Desenvolvimento e Direitos Humanos. A Responsabilidade do Antropólogo. Campinas, Editora da UNICAMP, 1992: 81-101;

SANTOS, Sílvio Coelho dos et alii. Documento sobre política energética, barragens e populações atingidas. Florianópolis, UFSC, 1986, (mimeo);

SANTOS, Sílvio Coelho dos e NACKE, Aneliase. "Projetos Hidrelétricos e Povos Indígenas na Amazônia". In HEBETTE, Jean (organizador). O Cerco está Fechado, Rio de Janeiro, Vozes/FASE/NAEA, 1991: 78-89;

SILVA, Orlando, HELM, Cecília e LUZ, Lídia (organizadores). A Perícia Antropológica em Processos Judiciais. Florianópolis, Editora da UFSC/ABA/Comissão Pró-Índio, SP, 1994;

WOLF, E. Prefácio. In RIBEIRO, G.L. Empresas Transacionais. Um grande projeto por dentro. Rio de Janeiro, ANPOCS/ Marco Zero, 1991.

Florianópolis, 19 de janeiro de 1995.


Prof. Sílvio Coelho dos Santos


Profa. Cecília Maria V. Helm